

Feminismo Camponês Popular e violência doméstica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Iara Milreu Lavratti

Como citar:

LAVRATTI, Iara Milreu. Feminismo Camponês Popular e violência doméstica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *In*: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Mulheres em tempos de pandemia**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023. p. 253-276. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-348-9.p253-276>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAI SEM TERRA

PEASANT POPULAR FEMINISM AND DOMESTIC VIOLENCE IN THE LANDLESS RURAL WORKERS MOVEMENT

Iara Milreu Lavratti

RESUMO: As mulheres e LGBTs organizadas em Movimentos Sociais do Campo têm construído, internacionalmente, o Feminismo Camponês Popular a partir de suas próprias lutas e bandeiras. Esta pesquisa discorre acerca deste processo no Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), apresentando as transformações em suas linhas políticas de gênero, identificadas nos cadernos de formação do Setor de Gênero dos anos de 1999 e 2017, expressas no I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra em 2020 e na Rede de combate à violência doméstica do estado de São Paulo. Assim, objetiva-se discutir alguns dos reflexos sociais, teóricos e políticos do Feminismo Camponês Popular, explorando a produção de conhecimento das próprias mulheres camponesas que se organizam no MST, conhecidas como ‘Mulheres Sem Terra’. Faz uso da pesquisa

<https://doi.org/10.36311/2023.978-65-5954-348-9.p253-276>

bibliográfica, recuperação e análise de materiais internos (fontes primárias) e de entrevista realizada com dirigente estadual da organização.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Feminismos; Mulheres Sem Terra; Linhas Políticas;

ABSTRACT: Women and LGBTs from rural social movements have builded, internationally, Peasant Popular Feminism based on their own struggles and banners. This research discusses this process in the Movement of Landless Rural Workers (MST), presenting the transformations in its gender political lines, identified in the training notebooks of the Gender Sector of the years 1999 and 2017, expressed in the I National Congress of Landless Women in 2020 and in the Network to combat domestic violence in the state of São Paulo. Thus, it aims to discuss some of the social, theoretical and political reflexes of Popular Peasant Feminism, exploring the knowledge production of the peasant women themselves who organize in the MST, known as 'Landless Women'. It makes use of bibliographical research, recovery and analysis of internal materials (primary sources) and an interview with a state leader of the organization.

KEY-WORDS: Gender; Feminisms; Landless Women; political guidelines;

1. INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres se expressa de múltiplas maneiras na sociedade brasileira e é possível identificá-la em diferentes âmbitos da vida social. Ela pode, por exemplo, se manifestar na violência doméstica, que tem se estabelecido enquanto expressão da dominação patriarcal capitalista nos espaços privados (SAFFIOTI, 2015). A partir de um recorte de gênero, percebe-se que este é um tipo de violência que, apesar de se destinar também às crianças, jovens e idosos, acomete recorrentemente as mulheres¹ e LGBTs².

Quando pensamos no seu enfrentamento, observa-se que apesar dos avanços em políticas públicas de combate à violência doméstica nas cidades, no meio rural há poucas ações que promovam a segurança dos múltiplos sujeitos, tanto em seus espaços públicos quanto privados. Nesse sentido, este artigo discorre sobre como tem sido a resposta à violência em

¹ Mulheres cisgênero (que se identifica com o sexo biológico com o qual nasceu) bem como transgênero (pessoa que nasce com determinado sexo biológico, e não se identifica com o tal).

² A sigla é a representação de Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, e hoje abrange também pessoas Queers, Intersexuais, Assexuados; e muitas outras (LGBTQIAP+)

seus territórios, por meio da atuação do Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Este combate tem perpassado pela elaboração de um Feminismo camponês popular, de caráter internacional e interseccional³ nos diversos movimentos sociais do Brasil como o MST, Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB); a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) e o Movimento Nacional pela Soberania Popular frente à Mineração (MAM) e da América Latina⁴. Assim, apoiando-se na análise descritiva das linhas políticas de gênero do MST e suas transformações - que podem ser observadas nos cadernos do Setor de Gênero (1999; 2017) e expressas na programação do I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra realizado em Brasília no ano de 2020 e em diretrizes que fomentam a construção de Redes de Combate à Violências nos territórios, busca-se investigar como os sujeitos Sem Terra têm abordado e enfrentado o tema da violência doméstica contra as mulheres.

Objetiva-se neste artigo apresentar os reflexos sociais, teóricos e políticos do Feminismo Camponês Popular, explorando a produção de conhecimento das próprias mulheres camponesas que se organizam no MST, conhecidas como 'Mulheres Sem Terra'. Dessa forma, por meio de pesquisa bibliográfica, da recuperação e análise de materiais e de uma entrevista produzida com dirigente do Movimento, procura-se compreender essa construção popular e as incidências nas vidas das mulheres trabalhadoras rurais sem terra.

Para tanto, é preciso refletir que o Feminismo Camponês Popular parte da constante construção de uma perspectiva feminista que surge no interior dos movimentos sociais camponeses, em que os sujeitos femininos elaboram, a partir de suas demandas, direções para a emancipação da mulher e LGBTs na sociedade patriarcal, capitalista e racista no interior dos Movimentos Sociais. Estes movimentos estão inseridos na

³ Compreende os sujeitos e as relações sociais expressas em suas especificidades de raça, gênero e classe econômica, política e social.

⁴ Composta por países em continentes como Caribe, América Central, América do Sul e América do Norte.

Coordinadora Latinoamericana de organizaciones del campo (CLOC) e Via Campesina, a qual, de forma articulada nos cinco continentes, tem unificado a luta feminista interseccional⁵ dos povos do campo e da floresta, dentro da luta pela Reforma Agrária, bem. Percebe-se que essa construção ocorre por meio de trocas com diversos movimentos e organizações que constroem a partir de suas necessidades, experiências e visões de mundo um feminismo interseccional que abrange as discussões e expressões de raça, classe e gênero.

Este trabalho está dividido em três partes: na primeira, apresenta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto na segunda, discute o acúmulo teórico e político do feminismo camponês. Na terceira parte analisa a construção desta perspectiva feminista dentro do MST e comenta sobre o I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra, realizado em 2020 como resultado de uma formação política e de gênero na base, militância e direção do Movimento, bem como a criação da Rede de Combate à Violência Doméstica, com articulações estadual e regional, como expressões dessa organização feminista dentro do movimento. Algumas das autoras utilizadas neste artigo são Heleieth Saffioti (1976, 2015), Marta Farah (2002), Isis Taboas (2020), Angela Davis (1981), Patrícia Collins (1990) e Simonetti (2012).

2. BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O MST surge mediante a organização autônoma de trabalhadores e trabalhadoras rurais em meados de 1984, a partir das lutas e ocupações⁶

⁵ Interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Segundo Hirata (2014), o uso do termo passa a ser mais frequente a partir de 2000, pode-se dizer que sua origem remonta ao movimento do final dos anos de 1970 conhecido como Feminismo negro (DAVIS, 1981; COLLINS, 1990), criticando o feminismo branco, de classe média, heteronormativo. A problemática da “interseccionalidade” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos a partir da herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990, dentro de um quadro interdisciplinar, por Kimberlé Crenshaw e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs.

⁶ Termo utilizado pelo MST para definir uma manifestação política dos trabalhadores em que se ocupa terras que não cumprem sua função social para pressionar o governo a desapropriar

de terras, por direitos sociais e melhores condições de trabalho no campo. Tendo a Reforma Agrária Popular⁷ como objetivo principal, são reunidas centenas de milhares de pessoas que atuam na organicidade do Movimento, entre direção, militância, base e massa. O MST é gerido em níveis regionais, estaduais e nacional, através de diversos setores, como: Frente de Massas; Formação; Educação; Produção; Comunicação; Projetos; Gênero; Direitos Humanos; Saúde; Finanças; Relações Internacionais; Ocupação de terras; Acampamentos; Marchas; Jejuns e greves de fome; Ocupação de prédios públicos; entre outros. Cada setor articula demandas específicas dos grupos que fazem a luta pela justa divisão de terras agricultáveis.

Este é um movimento de vanguarda que tem como projeto político e social a criação de um modelo de sociedade baseado na divisão igualitária de terras. Com seu amadurecimento, passam também a lutar pela superação do sistema capitalista e patriarcal, criando novas táticas e estratégias, para ampliar a comunicação direta com a sociedade brasileira e internacional.

O MST possui objetivos específicos, como lutar pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país. Com o fim da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) despontam, com mais intensidade, novos focos de lutas e resistências, e as ocupações de terra se tornam instrumentos de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo (sendo este último defendido pelas elites patriarcais). Assim, mulheres, homens e famílias inteiras compostas por posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens, agricultores sem terras, entre muitos outros sujeitos, passam a se organizar nesta e em outras organizações.

Com o intercâmbio de outros movimentos que também lutavam pela justa divisão das terras brasileiras, os trabalhadores rurais, homens e mulheres que protagonizavam as lutas pela democratização da terra e da sociedade brasileira, reúnem-se no 1º Encontro Nacional, em Cascavel,

a área e assentar famílias sem terras, sendo o proprietário indenizado. (MORISSAWA, 2001) Enquanto isso, a mídia brasileira utiliza de forma pejorativa o termo invasão.

⁷ No livro *Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo*, João Pedro Stedile (2020) identifica diferentes tipos de Reforma Agrária que aconteceram no mundo: clássica, reformista, popular, radical, anticolonial, parcial ou moderada, socialista e de libertação nacional. O MST defende o caráter popular na divisão das terras brasileiras, uma distribuição massiva para quem deseja plantar alimentos.

no Paraná. Neste momento, decidem coativamente pela fundação de um movimento camponês nacional, com a proposta de uma Reforma Agrária Popular, visando a redistribuição de terras no país e a transformação da lógica do sistema capitalista de produção de alimentos, em um momento em que o aumento do desemprego, trabalho infantil, do retorno do trabalho análogo ao escravo, se tornavam cada vez mais visíveis e frequentes.

Faz-se necessário compreender que as bandeiras defendidas pelo MST extrapolam a Questão Agrária e a divisão de terras, sendo a defesa pela vida e o fim das opressões, demandas bem definidas pelo Movimento. Somado a isso, o MST tem discutido de forma abrangente e séria diversas questões e apresentado algumas propostas e soluções relacionadas à violência contra as mulheres e comunidade LGBT.

Dessa forma, a partir dos acúmulos adquiridos, hoje existem pautas e diretrizes muito mais elaboradas e de maior alcance social, tais como: a proteção do meio ambiente (negando as técnicas de produção conservadoras e mudando as orientações de plantio, definindo a Agroecologia como modelo de produção), além do fim da Violência de Gênero com a criação de coletivos LGBT e de mulheres, que culmina no 1º Encontro nacional das mulheres sem terra e na criação de Redes de Combate à Violência Doméstica nos territórios do MST - assentamentos, acampamentos, escolas, marchas e cursos. Também visam uma transformação das relações sociais e de produção, considerando o aspecto da divisão sexual do trabalho no campo, muito recorrente na vida cotidiana de homens e mulheres, o MST, com sua metodologia de conscientização, busca a transformação das relações sociais, de gênero, de trabalho e com o meio ambiente. Nesta perspectiva, as mudanças seriam, segundo Poker (1999, p. 13) objetivas e localizadas, tendo como foco a construção de uma sociedade baseada em um novo homem e de uma nova mulher no contexto dos territórios organizados. Esses novos sujeitos surgiram a partir da conquista de uma emancipação da classe trabalhadora.

Enquanto nos primeiros anos do movimento a classe definia as estratégias de luta, nos anos seguintes, outros debates, estudos e conflitos apontaram para a necessidade da interseção de outras questões na luta

pela Reforma Agrária. Com o acúmulo teórico-político e social obtido pelo MST, os militantes, principalmente as mulheres e LGBTQs, vão se aprofundando em elementos que interferem na luta pela Terra e geram mais violência.

A preocupação em realizar recortes de classe, gênero e raça em suas formulações e ações têm sido importante para o avanço em alguns debates internos e externos, a partir da vivência e dos estudos de autores e autoras clássicas e modernas. O debate sobre gênero possibilitou a inserção de novos elementos como o da diversidade sexual, que passa a ser representada nas linhas políticas e organizativas do movimento, como veremos a seguir.

2.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS MULHERES SEM TERRA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

O I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra, que ocorreu em março de 2020, expressa as mudanças nas linhas políticas de gênero do MST e o amadurecimento dos debates feministas dentro dos territórios de acampamento e assentamento do Movimento, bem como a resistência e luta das mulheres e LGBTQs, sendo em sua maioria trabalhadoras rurais e camponesas. Essas mudanças foram sistematizadas no Caderno de formação de gênero, intitulado *A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base* (MST, 2017), que traça linhas políticas mais elaboradas e inclusivas a partir de novos acúmulos de elementos, leituras e vivências.

Para compreender a problemática proposta neste artigo, é necessário resgatar alguns momentos marcantes, que são frutos de acumulação teórica, política e de experiências sociais intensas, que demonstram a evolução do pensamento e da luta feminista dentro do movimento como a formação do setor de gênero em 1999; a criação do coletivo LGBTQ em 2015; a transformação nas linhas políticas do Setor de Gênero em 2017; o I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra em 2020 e, a criação de redes de combate à violência doméstica estaduais em 2020 no contexto de avanço do isolamento social como medida de prevenção da Covid-19.

O enfrentamento às violências tem sido uma das bandeiras do MST desde a sua construção. Assim, a partir de um acúmulo social, político e teórico, passa-se a produzir conteúdos, materiais, manuais informativos e preventivos, cadernos e folhetos voltados à temática da violência contra a mulher, doméstica, gênero e familiar. Ademais, segundo a entrevista dirigente do setor de Gênero que contribui com a coordenação estadual de São Paulo, Rose Assunção, “O movimento vem pautando a questão da violência há bastante tempo, organizando cartilhas, seminários, conferências, cursos de formação política, trazendo para os círculos de debates e lutas essa temática.” (ASSUNÇÃO, 2020). Importante resgatar que no folheto *Mulheres conscientes na luta permanente* (MST, 2015), por exemplo, produzido pelo Setor de Gênero nacional do MST, busca-se esclarecer sobre o tema da violência em suas diversas expressões e afirma-se que o machismo e o patriarcado, bem como a pobreza, a fome, os conflitos por terra e as mídias e suas publicidades, são alguns dos produtores de violência contra as mulheres. Segundo o MST (2015, p. 2), o documento faz um esclarecimento sobre o que é a violência doméstica e quais são as dificuldades encontradas por muitas mulheres ao tentarem sair de um quadro de violência: medo de denunciar, não ter para onde ir, dependência financeira e emocional, entre outras.

O Setor também aponta alguns caminhos coletivos para o enfrentamento da violência contra mulheres, por exemplo 1) trazer essa questão para o regimento interno de cada acampamento e assentamento; 2) criar formas para inibir as agressões (apitação, por exemplo) e levar a pauta para as assembleias; 3) discutir o tema nas escolas com as crianças e adolescentes; 4) acionar a polícia e registrar boletim de ocorrência (MST, 2015, p. 2).

Em 2020, de forma articulada com os setores e profissionais da área do Direito e Psicologia, criam-se as Redes de combate à violência doméstica nos territórios do MST, com coordenação estadual e regional. A rede é “[...] uma potente ferramenta de apoio às mulheres vítimas de violências familiares e não familiares.” (ASSUNÇÃO, 2020). Além disso, é um instrumento que promove a articulação entre as mulheres,

juventude, homens, lgbtq+, profissionais psicólogos, advogados, médicos, e a militância do MST.

A seguir, será apresentado o Feminismo Camponês Popular com foco na América Latina a fim de se apresentar a atuação da CLOC e La Via Campesina.

3. FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR NA AMÉRICA LATINA: CLOC E LA VIA CAMPESINA

Este tópico aborda a construção do feminismo camponês popular nos movimentos sociais do Brasil e a atuação da Cloc e Via Campesina no intercâmbio de experiências feministas na luta pela terra. Este feminismo se volta para as mulheres do campo, das águas e das florestas que possuem uma condição diferente dos sujeitos das cidades: vivem e trabalham no campo, boa parte sendo trabalhadoras rurais que produzem alimentos e sofrem diversas violências enquanto mulheres camponesas, endossadas pelo Sistema patriarcal capitalista e avanço do agronegócio.

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no relatório Violência no Campo 2020, foram registrados pelo menos 2.054 conflitos⁸ diversos no meio rural em 2020, envolvendo cerca de 914.144 pessoas. Estes números representam um aumento de 8% em relação a 2019, sendo o primeiro ano de Pandemia de Covid-19 no Brasil, com as maiores violências registradas desde 1985. Os casos têm sido permeados pelas disputas de terras entre grandes latifundiários que tentam tomar os territórios de povos tradicionais - quilombolas, indígenas, Sem terras e se expressam em intimidações, prisões, estupros e assassinatos cruéis de mulheres. Esse aumento nos casos de violência também é perceptível em âmbito doméstico, mesmo sendo velado, sendo este domínio estendido também às relações familiares e comunitárias.

⁸ Entre os casos registrados estão a detenção e intimidação de mais de 400 mulheres do campo pela Polícia Militar em uma única ação; Trans sem terra degolada por dois desconhecidos; Trinta estupros contra crianças e adolescentes de uma mesma comunidade quilombola Kalunga em Goiás, vítimas de fazendeiros e políticos influentes. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>

Nesse sentido, segundo Taboas (2020), o Feminismo Camponês Popular começa a adquirir forma a partir de 2010 com a realização da IV Assembleia de Mulheres da Coordenadora Latinoamericana de organizaciones del campo (CLOC) no Equador, sendo um marco no feminismo interseccional - como já introduzido, aquele que compreende os sujeitos e as relações sociais expressas em suas especificidades de raça, gênero e classe econômica, política e social.

Faz-se então necessário, compreendermos que a Via Campesina⁹ é um movimento internacional que reúne organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e das Américas. Esta é uma articulação autônoma, pluralista e multicultural, sem qualquer vinculação política e econômica (LA VIA CAMPESINA, 2016). Enquanto isso, na América Latina, os Movimentos sociais do campo se organizam desde 1993, na CLOC¹⁰, compondo assim a Via Campesina internacional. Enquanto isso, a CLOC, que reúne dezenas de organizações de camponeses, sem-terras, pequenos e médios agricultores, trabalhadores rurais, indígenas de quase todos os países da América Latina e do Caribe¹¹.

É necessário lembrar que existem diferenças na construção do Feminismo Camponês Popular no Movimento Sem Terra, de outros feminismos¹², que buscam ir além das experiências e demandas de mulheres

⁹ A Via Campesina Brasil é composta pelos movimentos: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Articulação dos Povos Indígenas (APIB), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Associação dos Estudantes de Engenharia Florestal (ABEEF), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ), Associação de Assalariados Rurais (ADERE), Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP).

¹⁰ O primeiro congresso foi realizado no Peru em 1994. Contudo, em 1989 já havia acontecido o I encontro na Colômbia (debate sobre os 500 anos de “Descobrimento da América” e as violências contra os povos originários).

¹¹ Segundo Simonetti (2012), a CLOC foi o pilar organizador da Via Campesina, espaço de articulação internacional de organizações e movimentos sociais rurais da América, Ásia e Europa. Sob o lema “globalizemos a luta, globalizemos a esperança”, a CLOC e a Via Campesina protagonizaram, promoveram e participaram das diferentes experiências de coordenação internacional do movimento “altermundialista” (Fórum Social Mundial – FSM –, campanhas contra o livre-comércio etc.) e da luta contra a mundialização neoliberal. Mais informações: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cloc>. Acesso em 11 dez. 2021.

¹² Algumas autoras identificam o surgimento de pelo menos quatro ondas do feminismo no Brasil, cada um com caráter diferente, que toma corpo na década de 1960 questionando o caráter político-ideológico da dominação patriarcal e a dicotomia entre público e privado, com o slogan “o pessoal é político”.

brancas e urbanas. Dessa forma, também se faz necessário delimitar que os sujeitos do campo são diversos: homens, mulheres, negros, pardos, brancos, indígenas, de variadas orientações sexuais inseridos em muitos territórios, e possuem diferentes demandas¹³ em relação aos sujeitos territorializados nas cidades.

Quando pensamos nas mulheres camponesas, observa-se que, a partir de Farah (2002; 2004) o acúmulo do trabalho doméstico e do trabalho nas roças, quase nunca são opcionais, mas uma necessidade da família que se reproduz no sistema patriarcal capitalista. Essas mulheres, além do trabalho considerado reprodutivo e dos cuidados para a manutenção econômica, social e psicológica de suas famílias, precisam assumir múltiplas tarefas tanto no âmbito privado quanto no público. Porém, na maioria dos casos, ainda não desempenham posição de liderança familiar ou comunitária, ficando relegadas a permanecerem submissas em suas casas, comunidades e roçados, sendo essa uma prática defendida e exercida pelo machismo estrutural e patriarcal.

Apontam-se alguns desafios, como a construção de uma unidade e aliança a partir dos movimentos sociais de níveis locais e internacionais e a formação política de base, com vias de ampliar o debate sobre a fundamentação da proposta de uma sociedade socialista, com maior consciência de gênero (VIA CAMPESINA, 2019).

No Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é quem traz primeiramente este debate sistematizado, sendo seguido posteriormente pelo MST. O MMC surge da luta pelos direitos das mulheres do campo e pela transformação das relações de gênero na sociedade brasileira. Mesmo sem se identificar enquanto um movimento feminista, Seibert (2018) afirma que a partir da práxis política as mulheres camponesas passam a perceber que suas ações e pensamento político expressavam sua perspectiva feminista. Para a autora:

[...] compreendendo a existência de uma multiplicidade de feminismos e de formas de organização e de ação dos movimentos feministas e a particularidade da prática feminista das mulheres

¹³ Voltadas ao trabalho agrícola, doméstico, acesso aos direitos sociais (saúde, educação, infraestrutura).

do MMC, com identidade camponesa e inseridas nas lutas de transformação estruturais da sociedade, houve a necessidade da demarcação político-teórica de uma construção feminista própria das camponesas, o feminismo camponês popular (SEIBERT, 2018, p. 6).

Essa construção tem acontecido no interior de diversos movimentos sociais camponeses e apresenta resultados que ultrapassam, segundo Taboas (2018, p. 20), “[...] a própria fronteira dos direitos das mulheres, para incidir de modo estrutural na reformulação de toda a teoria do direito e dos direitos humanos, através da atividade social e científica protagonizada por mulheres negras, latinas, camponesas, lésbicas e outras mais.”

Dessa forma, trabalhadoras rurais, sem terras, camponesas, pescadoras, artesãs, boias-frias e muitas outras mulheres e LGBTQs que vivem e trabalham no campo sentem a necessidade de se organizar para resistir às constantes violações de direitos. Cisne (2015, p.116) explica que é a partir da militância política que surgem condições concretas para a conscientização e a resistência ativa das mulheres do campo, que se descobrem sujeitos políticos do processo de emancipação humana frente às violências do patriarcado.

Cunha (2014, p. 154) pontua que “[...] o patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação.” Ele se configura enquanto relação social que pressupõe a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador(es) e dominado(s).

Indo mais a fundo, a partir da segunda onda do movimento feminista¹⁴, atribui-se o

seguinte significado ao termo, de acordo com Delphy (2009, p. 174): “[...] uma formação social em que os homens detêm o poder.” Nesse sentido, Taboas (2018) identifica no processo de transformação social

¹⁴ Movimento da década de 1960 questiona o caráter político-ideológico da dominação patriarcal e a dicotomia entre público e privado, com o slogan “o pessoal é político”.

brasileira que as práticas de organização feminista decolonial¹⁵, se abrem para as trocas coletivas e interculturais, com diálogos horizontais que constroem uma rede de solidariedade e de práticas coerentes de respeito às vivências coletivas diversas. É interessante refletir que as perspectivas do MST também vão nessa lógica, buscando a partir de uma formação que não se restringe apenas a mulher, mas a todos os sujeitos sociais que vivem a luta pela terra, almejando a transformação de todos os sujeitos do campo, libertando-os de serem oprimidos e opressores.

Taboas (2018) identifica, a partir dos autores e das autoras decoloniais, a simbiose patriarcado racismo-capitalismo que segundo ela, asfixia a vida no interior do sistema, para designar as situações que reproduzem as violências e as condições de reconhecimento e de ativismo real aptos a modificar essa realidade, na direção emancipatória. Segundo ela, é essencial criar novas formas de organização, de mobilização e luta feminista, popular e camponesa que seriam capazes de fomentar a definição de direitos humanos e no plano comunitário, extinguir a violência doméstica e familiar (TABOAS, 2018).

3.1 FEMINISMO NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O MST, enquanto movimento de massas, tem reivindicado um feminismo que seja camponês popular, que abarque as especificidades destes sujeitos que também são diversos. Na cartilha *A questão da mulher no MST* (1996) já fica evidente a necessidade identificada pelas mulheres de se organizarem para garantir que seus direitos sejam respeitados, inclusive dentro do Movimento: “[...] não queremos apenas ser vistas como mães e esposas ou simplesmente estar presentes nas ações, queremos ocupar espaços de decisões em todos os níveis na nossa organização e na sociedade que almejamos construir.” (MST, 1996, p. 11).

¹⁵ Decolonialismo refere-se à libertação dos povos subalternos, reconhecendo sua autenticidade cultural, política, econômica e ideológica.

A partir da percepção de que as relações sociais que oprimem as mulheres¹⁶ e sujeitos LGBTQs as afastam da vida pública e dos espaços organizativos e decisórios dos Movimentos Sociais, Saffioti (1987, p. 11) analisa que “Quando se afirma que é natural que a mulher se ocupa do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história.”

Contraopondo-se a essa naturalização, desde a formação do setor de Gênero¹⁷, formalmente em 1999, os documentos e cartilhas produzidas pelo MST buscaram evidenciar a aproximação inerente ao capitalismo e ao patriarcado e as desigualdades historicamente e socialmente naturalizadas. Estão presentes temas como: alimentação, saúde, sexualidade, responsabilidade pelas tarefas de cuidado, reprodução da família, divisão sexual do trabalho no campo. Importante salientar que desde o início busca-se desmistificar a dicotomia entre tarefas femininas e tarefas masculinas, que sempre sobrecarregam e dificultam a participação das mulheres em outras esferas, que não a familiar, além da superação da organização patriarcal nos espaços dos acampamentos e assentamentos e em outras instâncias organizativas.

Segundo Assunção (2020), o movimento incentiva seus militantes a “[...] se prepararem academicamente em diversas áreas, que possam contribuir estrategicamente com a luta e as demandas.’ Nesse sentido, se formaram e estão em formação acadêmica muitos militantes em diversas áreas: Agroecologia, Pedagogia, Psicologia, Direito, Serviço Social, Medicina, entre outros.

As mulheres Sem Terra compreendem que o patriarcado é um sistema fundamentado na divisão sexual do trabalho e na propriedade privada e que, no modo de produção capitalista, o patriarcado e o racismo são a sustentação da ordem do capital. Isso se refletiria principalmente

¹⁶ Dados do Censo Agropecuário 2019 apontam que essas mulheres, através da Agricultura Familiar são responsáveis - junto de seus familiares – por 70% da produção de alimentos no Brasil. Além disso, 77% dos estabelecimentos foram classificados como de Agricultura Familiar, o que demonstra a importância da distribuição de terras a agricultores e agricultoras que produzem alimentos para todo o país.

¹⁷ O setor de gênero do MST se aproxima da concepção do feminismo socialista de que a sociedade é que nos constrói como homens e mulheres. Pressiona-se o Movimento para que contribua com o processo de construção de novas relações de gênero.

na exploração do trabalho e da vida das mulheres. Assim, construir um Feminismo a partir da classe trabalhadora, tem sido um desafio aos trabalhadores organizados:

O Feminismo foi forjado a partir do legado de resistência e enfrentamento das mulheres na perspectiva de transformação radical da sociedade e das relações de poder. Muitos feminismos surgiram nas disputas da luta de classes, mas afirmar um Feminismo vinculado organicamente com a classe trabalhadora, tem sido o desafio da luta popular. No campo, nos embates com o agronegócio e a mineração, surge o Feminismo Camponês e Popular, demarcando a realidade desta luta. (MST, 2017).

Em entrevista realizada no ano de 2020, Rosimeire Assunção, que compõe a coordenação estadual do MST e o Setor de Gênero, afirma que o feminismo camponês popular está sendo construído pelas mulheres camponesas em diversas frentes “[...] cumprindo o papel de fortalecer o protagonismo na construção de propostas, nas tomadas de decisões, nas lutas concretas contra a opressão, dominação que esse modelo capitalista patriarcal exerce sobre as mulheres e sujeitos e sujeitas lgbtqia+.” (ASSUNÇÃO, 2020).

Segundo Assunção (2020), isso “[...] nasce também da relação profunda que as mulheres têm com a terra, a produção de alimentos saudáveis em sintonia com a natureza e toda sua biodiversidade. Além de exaltar os cuidados relacionados à saúde mental e física.”. A construção deste feminismo teria a capacidade de envolver as mulheres em todos os processos de construção da luta de classes, “[...] através da formação política, trazendo à luz, os elementos de dominação, exploração e violências que esse sistema capitalista, patriarcal e racista lança sobre todas as mulheres, sobretudo as mulheres pobres e negras. (ASSUNÇÃO, 2020).

Assim, percebe-se que na construção da Reforma Agrária Popular, “[...] a luta socialista e feminista é uma só e deve estar articulada em todas as ações de nossa Organização.” (MST, 2017, p. 20). Essas linhas políticas serão apresentadas no tópico a seguir.

3.2 LINHAS POLÍTICAS DO SETOR DE GÊNERO (1999 E 2017)

Para ampliar a participação das mulheres no Movimento e cobrar do MST condições que garantam essa atuação, as mulheres inseridas no Setor de Gênero criaram suas linhas políticas, onze no total, aprovadas pela coordenação nacional do Movimento em 1999. Estas reivindicações foram importantes às trabalhadoras do Movimento, pois denunciavam as desigualdades de gênero e passavam a assegurar, em certa medida, a participação nos diferentes setores, instâncias e espaços de decisão, além do planejamento e produção nos próprios lotes.

Também houve o estabelecimento de critérios de representatividade, exigindo sempre um percentual de 50% de homens e 50% de mulheres nas ações, coordenações e direções, para garantir os interesses de todos e todas. Além disso, o combate às violências doméstica e familiar já estava sendo pautado, bem como a cooperação nos trabalhos domésticos, propondo a construção de refeitórios e lavanderias comunitárias. Porém, a pauta de maior influência na vida dessas mulheres tem sido a garantia da posse da terra também pela mulher, o que lhe dá autonomia sobre seu lote, os bancos e seus companheiros afetivos. Essa conquista jurídica contribui ainda mais para sua representação, como aborda Abramovay (2000, p. 350), acerca da importância da titularidade:

[...] A posse da terra no caso das mulheres é um dos elementos cruciais, não só pelo sentido clássico, como os antes referidos dados a terra, mas também por sentidos que se entrelaçam a assimetrias nas relações sociais de gênero e como as mulheres seriam discriminadas por instituições oficiais quando do reconhecimento de seus direitos de propriedade.

A Ciranda Infantil, espaço destinado à formação e ao cuidado dos filhos e filhas de militantes, também é uma importante conquista para as mulheres, pois nota-se que os cuidados com as crianças ainda recaem em suas matriarcas, apesar de observarmos avanços nessa lógica. A criação de espaços específicos para os sem terrinhas – demonstra a preocupação do

movimento social com a educação infantil e a garantia de participação das mulheres nas diferentes ações e instâncias organizativas.

A partir de um novo momento histórico, as linhas políticas se tornam mais amplas e definidas, resultando nas novas orientações que estão inseridas no caderno de formação *“A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base”* (MST, 2017). Estas pautas foram delimitadas após um maior acúmulo teórico e político tanto sobre o feminismo quanto o capitalismo, racismo e patriarcado. Isso vem demonstrar também a interseccionalidade das lutas no interior do MST, propondo reflexões mais incisivas sobre a mulher na sociedade de classes e das especificidades da mulher camponesa e negra. Este caderno traz elementos artísticos, culturais e literários como poemas, contos, crônicas e diálogos para sensibilizar os leitores em formação de gênero sobre as temáticas abordadas e delinear as pautas construídas coletivamente.

Assunção (2020) afirma que “É notório ao conjunto do MST que não há condições de derrotar a opressão e todas as desigualdades de gênero, raça e classe se as mulheres não estiverem atuando conjuntamente.”. Pensando nisso, as mulheres do Movimento elaboraram pautas especificando as dimensões políticas organizativas, cultural, econômica e subjetiva das linhas que devem seguir, buscando a emancipação de todos os sujeitos do campo:

Por isso é consenso que o feminismo abarque todas as dimensões, sejam elas política, assegurando a participação das mulheres em todas as instâncias; cultural ao combater todas as formas de opressão e dominação; econômica, garantindo que as mulheres estejam também à frente dos planejamentos e administração dos processos produtivos, bem como garantir e valorizar as subjetividades das mulheres, de ter o direito sobre seus corpos, como se comportam, enfim sua liberdade individual (ASSUNÇÃO, 2020).

Entre as dimensões políticas organizativas elaboradas recentemente, estão todas as citadas anteriormente (participação igualitária entre mulheres e homens, ciranda infantil), desenvolvidas em 1999, com o acréscimo do

Fortalecimento da participação dos sujeitos LGBTs em todos os setores e instâncias do MST, além de:

Estimular a auto-organização das mulheres e LGBT, de acordo com os princípios organizativos do MST, como espaços de fortalecimento, apropriação, construção coletiva e projeção da participação e da tomada de decisões na organicidade geral do MST. Organizar assembleias de mulheres e de diversidade sexual, desafiando que os homens também se organizem para estudar sobre o patriarcado e o feminismo, refletindo e enfrentando o machismo e as condições privilegiadas construídas historicamente. (MST, 2017, p. 21).

A partir da estipulação dessas diretrizes, ampliam-se também as linhas voltadas à dimensão cultural, como: o combate às expressões do patriarcado e do racismo, a garantia de atividades de formação sobre os temas de gênero, raça, diversidade sexual e luta de classes nos espaços de formação, escolas, setores e instâncias e a compreensão da liberdade sexual como “[...] elemento constitutivo do ser humano que pretendemos que se forje num processo revolucionário.” (MST, 2017, p. 21). Na dimensão econômica, destacam-se ainda a concessão de uso no nome da mulher ou do casal (inclusive homoafetivos), a garantia do nome social de sujeitos trans tanto nos espaços sociais quanto nos documentos e a participação da juventude na produção. Além do protagonismo das mulheres na produção agroecológica garantindo que os sujeitos femininos “[...] participem da condução política de cooperativas e associações, nas agroindústrias, cadeias produtivas e nos processos de comercialização, feiras livres, com igualdade na remuneração das horas trabalhadas.” (MST, 2017, p. 22).

Enquanto isso, na subjetiva, delimita-se o combate a todas as formas de violência, nas suas várias expressões, “[...] particularmente contra as mulheres, negras, indígenas, crianças, jovens, idosas e LGBT que são as maiores vítimas de violência no capitalismo.” (MST, 2017, p. 23), bem como a garantia do “[...] direito inalienável das mulheres de decidirem sobre seu próprio corpo, no que se refere a sua vestimenta, com quem e como se relacionar e sobre sua vida reprodutiva.” (MST, 2017, p. 23)

propondo a reflexão sobre a descriminalização do aborto com a base. A seguir, será apresentado o I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra do MST e os temas discutidos neste importante espaço.

3.3 CONGRESSO NACIONAL DAS MULHERES SEM TERRA

A realização do I Congresso Nacional das Mulheres Sem Terra foi antecedida por essas construções, estudos e sistematizações apresentadas anteriormente, em níveis regionais e estaduais. Esse encontro só foi possível a partir da articulação do setor de gênero com os outros setores e pelo acúmulo político e feminista no interior do Movimento. O evento aconteceu em Brasília, e contou com a presença de 3.000 mulheres Sem Terra¹⁸ vindas de 24 estados do Brasil, com representação em todas as regionais e aliados de outros movimentos sociais. Nas orientações e programações divulgadas, todos os debates, análises e espaços culturais durante o Encontro se deram a partir da estratégia da Resistência Ativa, que o MST tem adotado politicamente, expressas nesses importantes elementos:

- a) Lutar contra a violência do capital sobre nossos corpos e territórios;
- b) Lutar contra o agronegócio (sementes transgênicas, agrotóxicos, monocultivo predador, exportador de commodities, destruidor da natureza, etc.);
- c) Compreender, aprofundar e consolidar o debate de Feminismo e Reforma Agrária Popular;
- d) Nos colocarmos em movimento para a construção e consolidação da Jornada Nacional do Trabalho de Base por meio da formação política da militância, da confraternização e do intercâmbio cultural entre as diferentes regiões do país;
- e) Avançar na compreensão e elaboração do patriarcado e do racismo como elementos estruturantes do capitalismo;
- f) Durante todo o Encontro, vamos reafirmar a importância da juventude, da participação das mulheres, negras e negros, LGBT na construção da Reforma Agrária Popular e na cultura de enfrentamento a toda forma de violência;
- g) Manter vivo o princípio do companheirismo e solidariedade entre nós. (MST, 2020, p. 3).

¹⁸ Havia mulheres cis e transsexuais, com diferentes orientações sexuais. Além disso, também tinham alguns homens da organização presentes, que contribuíram em tarefas estruturais, bem como do cuidado das crianças - os Sem Terrinhas.

O Congresso, partindo da formação política e científica contou com quatro Mesas, em formato de palestra, que abordaram a ‘Ofensiva do Capital e as Mulheres’, o ‘Capitalismo, Patriarcado, Racismo e Violência’, o ‘Feminismo Camponês Popular e Reforma Agrária Popular’ e as ‘Mulheres construindo a Resistência Ativa’. Durante o Congresso foi debatido a questão da violência de gênero e doméstica, tanto nas mesas quanto nas místicas, marchas e Grupos de Trabalhos. Durante o congresso aconteceu também a marcha do Dia 08 de março, unindo forças com diferentes movimentos sociais, além de uma ocupação e intervenção no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se apresentar alguns dos acúmulos sociais, teóricos e políticos do Feminismo Camponês Popular, explorando a produção de conhecimento das Mulheres Sem Terra acerca da violência doméstica. Dessa forma, por meio de pesquisa bibliográfica, do resgate de materiais e de uma entrevista produzida com uma dirigente do Movimento Sem Terra, procurou-se compreender essa construção popular e as incidências nas vidas destas mulheres trabalhadoras rurais sem terra.

Assim, examinando a elaboração feminista dentro do MST, bem como as transformações de suas linhas políticas de gênero e como estas se manifestam dentro da organização, buscou-se também identificar como o tema da violência contra as mulheres está sendo trabalhado nos materiais e pautas do maior movimento de massas do país.

Conclui-se que a luta feminista dentro da organicidade dos movimentos sociais é necessária inclusive para o avanço dos próprios debates das organizações. Assim, compreender as condições e singularidades dos sujeitos femininos sem terra é essencial ao movimento e à toda a sociedade. Dessa forma, entende-se que as linhas políticas e as ações do MST têm demonstrado a construção de novos caminhos, paradigmas e categorias analíticas, tanto para os movimentos feministas quanto para os próprios movimentos camponeses e para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Rocicleide da. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.). *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 347-375.
- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. São Paulo : Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos plurais).
- ASSUNÇÃO, Rosimeire. *Feminismo Camponês popular e a rede de combate à violência doméstica do MST SP*. Entrevista concedida a Lara Milreu Lavratti. 2020. Material não publicado.
- BOLETIM SEM TERRA. O Embrião do MST. Porto Alegre, 1981. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>. Acesso em: 12 dez. 2020.
- CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos; CARVALHO, Giovana Nobre. Feminismo camponês e popular: a voz que vem do campo. *Revista Artemis*, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 157, 2020.
- CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Natália Luchini. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CUNHA, Barbara Madruga. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 16., 2014, Curitiba. *Anais [...]* Curitiba: UFPR, 2014.
- DELPHY, C. Patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 173.
- DAVIS, Angela. *Women, race and class*. Nova York: Vintage Books, 1981.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 360, jan./abr. 2004.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. In: SÃO PAULO (Cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. *Políticas públicas e igualdade de gênero*. Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira, organizadores. São Paulo, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 765-767.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Revista Fatos e Versões*, Coxim, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.
- HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, p. 61-73, 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro, 2019.
- MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- LA VIA CAMPESINA. Brasil. *Jornada de Lutas das Mulheres Sem Terra*. 2016.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *A questão da mulher no MST*. São Paulo: Coletivo Nacional de Mulheres do MST, 1996.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *A conspiração dos gêneros: elementos para o trabalho de base*. São Paulo, 2017. Caderno de formação setor de gênero.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Mulheres conscientes na luta permanente*. São Paulo, 2015.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Quem somos*. São Paulo, 1999. Disponível em: <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 nov. 2020.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Caderno de orientações políticas e práticas para o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra*. São Paulo, 2020.
- POKER, José Geraldo Alberto Bertocini. Reinventando a vida. *Uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implementar formas de cooperação em assentamentos de Reforma Agrária*. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, 2004.

SEIBERT, Iridiani Graciele. *Feminismo Camponês Popular: contribuição das mulheres camponesas à luta de transformação social*. 2019. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2019.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. Os movimentos sociais, a Via Campesina e o Pós-colonial. *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 21., 2012, Uberlândia. *Anais [...]* Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1377_1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

STEDILE, João Pedro. *Experiências históricas de reforma agrária no mundo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v. 1.

TABOAS, Ísis Menezes. *É LUTA! Feminismo Camponês Popular e Enfrentamento à Violência*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2018.

APÊNDICE

ENTREVISTA FEMINISMO CAMPONÊS POPULAR E A REDE DE COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DO MST SP

Nome:

Regional:

Assentamento/Acampamento:

Setor:

Profissão:

Formação:

Perguntas:

1. O que é feminismo camponês popular ?
2. Qual a inserção do feminismo camponês popular no MST?
3. Quais as resistências da luta feminista dentro do movimento?
4. Qual o papel da via camponesa e dos movimentos sociais na construção do FCP? 5. O que é a Rede de combate á violência doméstica?
6. Como funciona em São Paulo?
7. Porque surgiu?
8. A construção é anterior à pandemia de covid-19?
9. Quais os acúmulos do movimento para realizar esse combate?
10. Como era esse combate á Violência Doméstica antes da rede e como é agora? 11. Essas redes espalhadas pelas regionais pode ser considerada um resultado da construção do FCP nos territórios do MST?

Obs: A presente entrevista não foi publicada em nenhuma fonte de informação ainda.